

Quando as Marias falam: assessorias de imprensa no debate sobre a violência contra mulheres em Mato Grosso do Sul

When the Marias speak: press offices in the debate on violence against women in Mato Grosso do Sul

Quando hablan las Marías: oficinas de prensa en el debate sobre la violencia contra la mujer en Mato Grosso do Sul



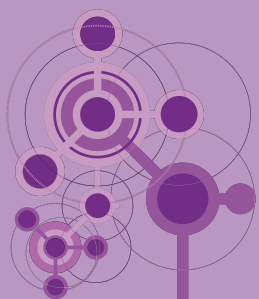
Tathiane Espíndola Panziera

- Jornalista especialista em Assessoria de Comunicação.
- Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
- E-mail: tathiespan@gmail.com



Katarini Giroldo Miguel

- Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
- Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo.
- E-mail: katarini.miguel@ufms.br



Resumo

Nossa pesquisa analisa a influência das assessorias de imprensa de órgãos voltados às políticas públicas para mulheres em Mato Grosso do Sul no debate sobre violência de gênero. Cruzamos os materiais divulgados pelas assessorias entre março e novembro de 2019 com as publicações dos principais jornais do estado para entender o quanto e como esses temas eram abordados. A partir do *clipping* e da auditoria de imagem, debatemos o espaço explorado e trazemos sugestões que ampliariam a participação das “Marias” na cobertura midiática.

PALAVRAS-CHAVE: ASSESSORIA DE IMPRENSA • POLÍTICAS PÚBLICAS • VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES • MATO GROSSO DO SUL.

Abstract

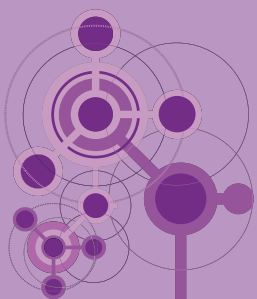
Our research analyzes the influence of press offices of agencies focused on public policies for women in the state of Mato Grosso do Sul in the debate on gender violence. We cross-referenced the materials published by the advisors between March and November 2019, with the publications of the main newspapers in the state to understand how much these topics were addressed. From this clipping and the image audit we debate the space explored and bring suggestions that would expand the participation of the “Marias” in media coverage.

KEYWORDS: PRESS OFFICES • PUBLIC POLICY • VIOLENCE AGAINST WOMEN • MATO GROSSO DO SUL.

Resumen

Nuestra investigación analiza la influencia de las oficinas de prensa de sectores enfocados en las políticas públicas para las mujeres en Mato Grosso do Sul (Brasil) en el debate sobre la violencia de género. Cruzamos los materiales publicados por los asesores entre marzo y noviembre de 2019 con las publicaciones de los principales diarios del estado para entender cuánto y cómo se abordaron estos temas. Desde el *clipping* y la auditoría de la imagen, debatimos el espacio explorado y traemos sugerencias que pueden ampliar la participación de “Marías” en la cobertura mediática.

PALABRAS CLAVE: OFICINAS DE PRENSA • POLÍTICAS PÚBLICAS • VIOLENCIA DE GÉNERO • MATO GROSSO DO SUL.



INTRODUÇÃO: QUANDO AS MARIAS FALAM?

Para apresentar nossa pesquisa precisamos explicar quem são as “Marias”. Optamos por tratar assim as assessorias de imprensa (AI) da Subsecretaria de Políticas para a Mulher (Semu) da Prefeitura de Campo Grande (MS), a Subsecretaria Especial de Cidadania, que concentra ações relacionadas às políticas públicas para as mulheres do Governo de Mato Grosso do Sul, e a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça. Essas três entidades dialogam direta ou indiretamente com a Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande (MS), entidade que presta atendimento humanizado às mulheres em situação de violência. A Semu é quem responde pela coordenação da Casa, a primeira unidade inaugurada no país, em 2015, mesmo ano em que a Lei do Feminicídio foi promulgada, em partes porque o Mato Grosso do Sul é um dos estados da Federação que mais registra casos desse tipo. Segundo dados do “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais”, publicado em 2016, no ano de 2014 a taxa de mulheres assassinadas foi de 6,3 por 100 mil mulheres. O levantamento feito com base nos indicadores do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, ressalta que o índice sul-mato-grossense era superior à média nacional de 4,6 homicídios. O Mapa do Feminicídio aponta que foram registrados 18.689 boletins de ocorrência por violência doméstica em Mato Grosso do Sul: “em 2017, de cada 100 mulheres, 17 já vivenciaram situações de violência ou, ainda, 163 mulheres por dia” (Brasil, 2019, p.98). Esses números nos despertaram para o papel dessas “Marias” no enfrentamento da violência contra a mulher.

Assim, a investigação consistiu em acompanhar a atuação das AI das secretarias mencionadas a partir da divulgação dos textos noticiosos/releases, no sentido de entender suas estratégias e a capacidade de influenciar o agendamento da temática nos dois jornais locais de mais aderência: *Campo Grande News* e *Correio do Estado*¹.

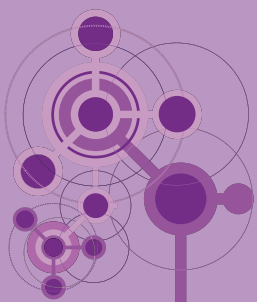
A nomeação “Marias” se dá por dois motivos: a Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, considerada um marco para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil; e certa personificação para um caminho metodológico que investiga “quando as Marias [as assessorias] falam”. Pensamos nessas assessorias como parte da corrente que leva informações para mulheres do estado sobre ações de cuidado, educação e prevenção para enfrentamento das violências. Com nossa pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, durante o ano de 2019, chegamos a resultados que apontam a pouca influência das AI e a necessidade de qualificar o debate sobre a violência de gênero. Trazemos aqui uma síntese dos nossos principais achados, considerando a dimensão de um artigo, e ousamos, por fim, sugerir estratégias para ampliar o espaço institucional e o debate sobre a violência contra a mulher.

REFERENCIAL TEÓRICO: O DEBATE FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A MEDIAÇÃO DAS ASSESSORIAS

O movimento feminista impulsionou políticas públicas criadas no Brasil e foi determinante para revelar opressões e debater igualdades de gênero, portanto, é pano de fundo na nossa pesquisa para o entendimento do ordenamento legal e moral no Brasil.

Lourdes Rocha (2016) resume políticas públicas como um conjunto de regulações ou intervenções do Estado que age na mediação de interesses de diferentes sujeitos, no nosso caso, as mulheres. Englobam direitos de diversas naturezas,

¹ A escolha por estes veículos de imprensa se dá pela notoriedade local; o *Campo Grande News* foi o primeiro jornal on-line, fundado em março de 1999, e é um dos mais acessados, com média de 21 mil visualizações por notícias, conforme o jornal pontua em seu mídia kit. O *Correio do Estado* tem mais de 60 anos de atuação, presença em 40 municípios do estado e, de acordo com seu mídia kit, mais de 11 mil exemplares são impressos diariamente.



como a garantia à educação de meninas e mulheres, a autonomia econômica, a representatividade política e nos demais papéis sociais (ciência, ambiente empresarial, esportes, artes), cuidados com a saúde, com a maternidade e o enfrentamento da violência, isto é, da educação à garantia de proteção e segurança, que é o que nos interessa neste trabalho.

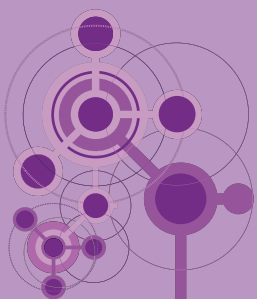
Silvia Blay (2003) ressalta a atuação das mulheres nas décadas de 1920 e 1930, aliadas ao movimento dos promotores públicos, que alcançou relativo êxito no intento de coibir e punir os crimes passionais que, conforme a autora, representavam uma epidemia para as feministas. Sobre a atuação dos promotores, o foco não era necessariamente a defesa das mulheres, “mas pretendiam, efetivamente, proteger a instituição família” (Blay, 2003, p. 88). Analisando casos de violência contra a mulher, a autora conclui que a política pública age como um instrumento para enfrentar a cultura machista e patriarcal, e que “modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada” (Blay, 2003, p. 96).

Na década de 1970, conforme pontua Pitanguy (2019), o movimento feminista retira o manto que tornava invisível a violência doméstica e questiona a aceitação da sociedade e do judiciário sobre agressões sofridas pelas mulheres justificadas como passionais. Blay (2003) e Pitanguy (2019) relembram a campanha “Quem ama não mata” como um dos movimentos em defesa da vida das mulheres e que teve “seu auge após 30 de dezembro de 1976, quando Ângela Diniz foi morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar” (Blay, 2003, p. 88). Cecília Macdowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) pontuam que o tema violência contra as mulheres se tornou uma das principais áreas temáticas de estudos feministas no Brasil na década de 1980. “Nessa época, um dos principais objetivos do movimento é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas” (Macdowell; Izumino, 2005, p. 147). Jacqueline Pitanguy (2019), capitaneou na década de 1980 o processo que ficou conhecido por “Lobby do Batom”, uma iniciativa de mulheres que assumiram a construção de organismos de políticas para mulheres com a criação de conselhos estaduais e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça.

Neste debate das políticas públicas, cabe ressaltar que no Brasil, mais tarde, foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004, que mobilizou 120 mil mulheres na construção do documento que seria colocado em prática pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criada em 2003, e que marcou a retomada do diálogo entre movimentos feministas e o Estado (Biroli, 2018). Como resultado do plano, foi produzida uma cartilha publicada em 2005, centrada em pontos como autonomia das mulheres, laicidade do Estado, participação e controle social. Outro aspecto interessante trazido pela cartilha foi o olhar para a diversidade de mulheres como as indígenas, negras, jovens, idosas, lésbicas, com deficiência e rurais.

Nessa esteira, convém levantar questionamentos em relação à universalidade da mulher, tema importante para a formulação de mecanismos que atendam à pluralidade de mulheres. “Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses ‘todos’ ou quantos cabem nesses ‘todos’?” (Ribeiro, 2019, p. 40). A partir dessas indagações de Ribeiro (2019), cabe ressaltar a interseccionalidade que, segundo Natividad Gutiérrez Chong (2019, p. 427), é “um conceito cunhado pela teoria feminista e inclui a denúncia da opressão e da subordinação, bem como uma chamada para governos adotem práticas para construir a dignidade das mulheres e seu empoderamento”. A socióloga avalia o termo como uma ferramenta teórica e um dispositivo a ser implementado por políticas públicas. Sabemos que os casos de violência doméstica ocorrem em diferentes camadas sociais, mas recebem tratamentos diferenciados de acordo com as localidades sociais dessas mulheres.

bell hooks (2019) se atenta para essas questões e observa que o movimento feminista contemporâneo foi a força que expôs de forma contínua a realidade da violência doméstica em diferentes camadas de opressão. A teórica relembra que o foco inicial do feminismo era a violência praticada no ambiente doméstico por homens contra a mulher, mas ela amplia o entendimento para “violência patriarcal”, baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo controle os outros.



Heleieth Saffioti (1999) aponta que as diferentes formas de violências não ocorrem isoladamente: “O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral” (Saffioti, 1999, p. 84). A teórica argumenta sobre a dificuldade de romper conceitos, sobretudo em se tratando de violência de gênero doméstica/intrafamiliar, na qual a violação se confronta com a obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens. A dependência feminina, financeira, social ou emocional, para com o companheiro dominador é apontada como um dos fatores que contribui para os índices de violência de gênero e integram o ciclo da violência, conforme explica Dias (2019). A tensão que dá início à violência emocional evolui para xingamentos, cobranças, críticas, seguida da violência física, interrompida momentaneamente por uma espécie de “lua de mel”, quando o agressor pede desculpas, com justificativas e promessas de que isso não se repetirá, mas que tende a aumentar a intensidade das agressões chegando ao feminicídio.

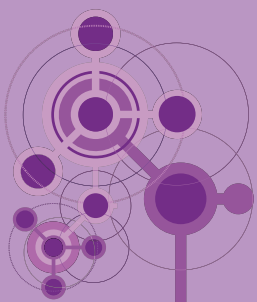
Dois mecanismos legais determinantes fundamentados no debate das políticas públicas e na tragédia social da violência de gênero no Brasil são as leis Maria da Penha e do Feminicídio, pautadas pelas assessorias estudadas.

A Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) é uma ação normativa com o objetivo de eliminar desigualdades e garantir oportunidades para o enfrentamento da condição histórica de violência, discriminação e opressão das mulheres. Chakian (2019) a coloca como parte de um projeto jurídico feminista que possibilita um verdadeiro arcabouço protetivo para a mulher em situação de violência doméstica e familiar. Giannini e Coelho (2020), no relatório *Evidências sobre violência contra mulheres no Brasil, na Colômbia e no México: tendências, desafios e caminhos para o futuro*, afirmam que a lei chamou a atenção e criminalizou os diversos tipos de violência: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. Jara (2019), por sua vez, reconhece este avanço sem precedentes nas políticas públicas, que, no entanto, não impede que casos de violência continuem a acontecer. Portanto, a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) prevê a circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, a tipificação dos assassinatos cometidos contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, que envolvem violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Jara (2019) considera que a Lei do Feminicídio foi um dos últimos atos emblemáticos da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, antes de iniciado seu desmantelamento, a partir de 2019. Biroli (2019), por sua vez, ressalta que entre 2016 e 2017 houve desmonte da secretaria e investidas contra a agenda, que recebeu a pecha de “ideologia de gênero”, somando-se também à ausência de mulheres no ministério formado, após o impeachment de Dilma Rousseff, minando o diálogo com os movimentos feministas, o que persiste em governos de espectros conservadores.

Mato Grosso do Sul acompanha toda essa movimentação implantando mecanismos como o Centro de Atendimento à Mulher Cuña M'Baretê em 1999, que atua na prevenção da violência contra mulheres e meninas e na proteção às mulheres cujos direitos foram violados. Em 2011, é implantada a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul como órgão permanente e vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça. Os mecanismos somam esforços à Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul, gestora administrativa da Casa da Mulher Brasileira, implantada em 2015 em Campo Grande (MS).

Essas políticas ganham sentido e visibilidade pelas diferentes mediações. A própria Lei Maria da Penha traz entre suas vertentes a informativa, para além da educativa e punitiva. E, neste sentido, focamos nas AI que atuam diretamente nesses espaços e articulam o fluxo de comunicação das secretarias governamentais com seus diferentes públicos e investem no relacionamento com as mídias para divulgação de eventos, ações e normativas. Uma atividade, em tese, demarcada pela circulação de informações de interesse público e do público, fundamentada na comunicação pública e organizacional.

Para Salim (2019), as comunicações realizadas por instituições públicas têm o potencial de ser um importante instrumento de transformação social, por meio do diálogo comunitário e da transmissão de conceitos democráticos. O trabalho de



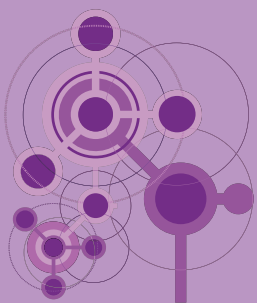
assessoria de imprensa também consiste em um esforço de agendamento dos jornalistas e, conseguinte, da opinião pública. Os(as) assessores(as) trabalham na divulgação das políticas públicas e se ocupam em mobilizar a agenda dos jornais. Nesta esteira está a hipótese do agendamento, proposto por McCombs e Shaw (1972), que avaliam a capacidade dos diferentes atores em produzir realidade, uma vez que jornalistas observam somente uma fração das situações. Em reflexões mais recentes, McCombs (2009) trata da presença das fontes oficiais, que são definidas por ele como profissionais da comunicação que subsidiam a imprensa “fornecendo quantidades substanciais de informação organizada, frequentemente na forma de *press-releases* preparados no exato estilo das notícias jornalísticas” (McCombs, 2009, p.159). Seguindo com a reflexão sobre a entrada deste novo agente, McCombs (2009) pontua que, sem os subsídios fornecidos diariamente, as mídias seriam consideravelmente diferentes em abrangência e conteúdo.

É neste contexto que inserimos as “Marias” quando elas propõem pautas relacionadas a conteúdos de interesse e com potencial de promover o diálogo relativo à temática da violência contra a mulher. Essa proposição é feita a partir de instrumentos comuns para este profissional, em especial o release, ou *press-release*, traduzido como comunicado de imprensa. Trata-se de texto noticioso disponibilizado para as diferentes mídias, um instrumento consolidado no agendamento dos veículos de comunicação e que serviu como indicador material da nossa pesquisa. Contudo, sabemos que o amplo acesso às tecnologias da informação e comunicação alterou as rotinas profissionais, levando ao aperfeiçoamento e a incorporação de diferentes instrumentos para distribuição de informações. Brandão (2018) afirma que o relacionamento com as mídias tradicionais transita para além do universo conhecido e previsível, e pode ser testado, modificado, compartilhado e multiplicado por ativistas, influenciadores e criadores de conteúdo.

O Manual de Assessoria de Imprensa, produzido pela Fenaj (2007), incluiu atualizações: “jornalistas em assessorias passaram a exercer atividades multimídias [...]. Hoje, a tendência do mercado de trabalho sugere a atuação com outros setores, desenvolvendo um processo de comunicação integrada” (Fenaj, 2007, p. 3). O conceito “comunicação integrada” nos interessa na perspectiva de Kunsch (2016) como interdisciplinar, que considera outros agentes na comunicação, com uma visão complexa e abrangente. “A área da comunicação deixa de ter uma função meramente tática e passa a ser considerada estratégica, isto é, ela precisa levar em conta a questão humana e agregar valor às organizações” (Kunsch, 2016, p. 45).

MÉTODOS E TÉCNICAS PARA ENTENDER AS MARIAS

Os caminhos metodológicos, escolhidos a partir dos nossos objetivos de pesquisa, envolveram, além dos conceitos e contextos sintetizados anteriormente, um amplo monitoramento durante o período de 1 de março a 30 de novembro de 2019, considerando quatro datas determinantes no calendário das assessorias analisadas: o Dia Internacional da Mulher, em março; o mês de junho, que é dedicado ao enfrentamento da violência contra a mulher; agosto, mês de implantação da Lei Maria da Penha; e novembro, mês em que a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a campanha mundial “16 dias de ativismo”, encerrada em 10 de dezembro. Incorporamos como procedimento metodológico experimental os próprios instrumentos de análise de resultados dos esforços de assessoria de imprensa. No caso, as técnicas de *clipping*; “recorte de uma unidade informativa que consolida o processo de interação da empresa com determinado veículo de comunicação” (Bueno, 2011, p. 417), e auditoria de imagem, método que empregamos para a abordagem qualitativa, no sentido de avaliar a interação entre mídias e instituições e identificar como se deu o aproveitamento dos materiais divulgados pelas AI nos jornais referenciados. Na nossa pesquisa, esses instrumentos de AI assumem características analíticas e possuem processo metodológico semelhante ao modelo de coleta de dados com desenvolvimento de etapas quantitativa e qualitativa, descritas por Gil (2008), feitas em bases científicas, com rigor, padronização e fases bem demarcadas. A análise quantitativa é essencial para a avaliação de dados em pesquisas, portanto, apropriada para analisar indicadores levantados e confrontar resultados (Gil, 2018).



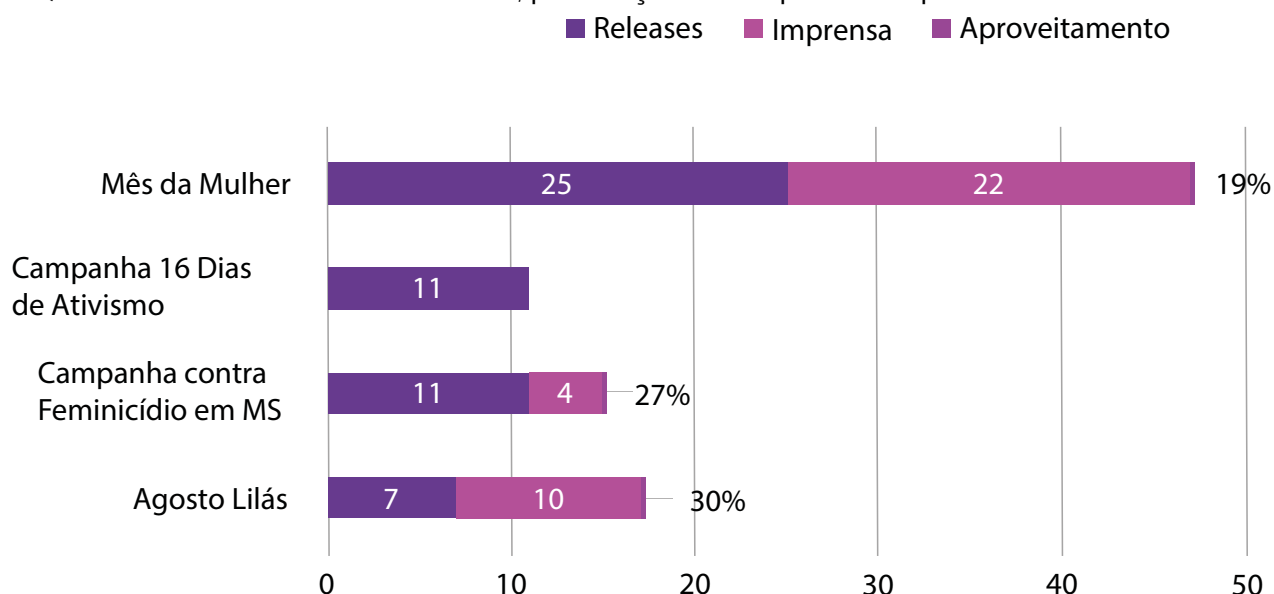
Assim, realizamos os procedimentos empíricos a partir de duas ações concomitantes: 1) monitoramento de jornais locais sul-mato-grossenses *Correio do Estado* (nas versões on-line e impressa) e *Campo Grande News*, em suas respectivas páginas, a partir das palavras-chave que estão relacionadas à atuação das “Marias” e aos nossos objetivos de pesquisa: mulher, Casa da Mulher Brasileira, Lei Maria da Penha, Agosto Lilás, Políticas Públicas (para as mulheres). Elaboramos tabelas com informações de data, assinatura, tema central do texto publicado, fontes de informação, e indicativo da influência da AI – cruzamento de dados possibilitado a partir da segunda etapa: 2) acompanhamento das ações das AI a partir da inclusão das pesquisadoras na lista de e-mails, nas redes sociais e em outros grupos de mensagens instantâneas utilizados pelas assessorias. Aqui também inspecionamos os sites institucionais e as salas de imprensa, espaços específicos de relacionamento com a mídia, para coletar os releases produzidos.

A interpretação desses dados foi possibilitada pelo arcabouço teórico que relaciona assessoria de imprensa (Bueno, 2011), comunicação organizacional (Brandão, 2018; Kunsch, 2016), estudos feministas e políticas públicas para as mulheres (Biroli, 2018; Dias, 2019; Saffioti, 1999). Apresentamos na sequência uma síntese dos nossos principais resultados a partir dos monitoramentos das assessorias e dos veículos de comunicação, traduzindo os dados quantitativos para uma discussão analítica que nos permitiu enxergar as produções de conteúdo, os principais temas e subtemas, as fontes de informação e a capacidade de agendamento das assessorias.

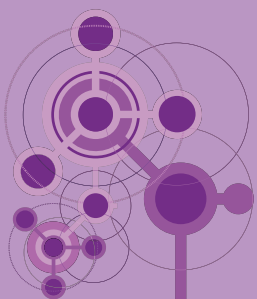
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS JORNAIS E A INFLUÊNCIA DAS MARIAS

De pronto, já podemos anunciar que verificamos a produção de 224 releases pelas AI estudadas (Gráfico 1): Subsecretaria de Políticas para a Mulher, Subsecretaria Estadual de Políticas para Mulher e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, durante o período de março a dezembro de 2019. Deste total, apenas 17,3% dos releases foram aproveitados parcialmente e ou como sugestão de pauta pelos jornais locais, o que nos causou inquietações sobre o subaproveitamento dos espaços midiáticos. Acrescentamos à contagem mais 58 releases relacionados a julgamentos de casos de feminicídio ocorridos em Mato Grosso do Sul e, com isso, nossa resposta final é que 31% dos releases das “Marias” são incorporados nas matérias jornalísticas.

Gráfico 1: Quantitativo dos releases enviados, publicações na imprensa e aproveitamento do material das AI



Fonte: Elaborado pelas autoras.



Percebemos que as assessorias produziram de um a cinco releases por dia, mas que pouco acompanharam as pautas trabalhadas pela imprensa. Nenhum deles foi aproveitado integralmente pelos veículos observados. Ainda que a prática de reprodução de texto seja bastante questionável, é curioso que isso não aconteça nesse setor. Ao avaliar a presença e a imagem das "Marias", classificando o tipo de publicação que resulta de releases, notamos que 100% apresentam teor positivo.

Outro fator levantado, setorizado quantitativamente, é que 19,61% dos releases produzidos pela Subsecretaria de Políticas para a Mulher subsidiaram pautas nos veículos analisados. Já 16,67% dos releases produzidos pela Subsecretaria Estadual de Políticas para Mulher foram aproveitados e 15,87% divulgados pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar receberam atenção da imprensa. Apenas três deles foram encaminhados por e-mail, os demais foram disponibilizados nos sites institucionais e salas de imprensa virtuais, frequentemente acessadas pelos jornalistas. O fato de não enviarem o conteúdo de forma mais direta pode dificultar o agendamento dos jornalistas e explicar a ausência da reprodução dos textos nos jornais.

Ao longo do monitoramento nos jornais, levantamos 455 matérias jornalísticas relacionadas às políticas públicas para mulheres (100 no jornal *Correio do Estado* on-line, 91 no *Correio do Estado* impresso e 264 no *Campo Grande News*). Percebemos que os veículos on-line são os que mais publicaram assuntos que interessam à pesquisa, mas uma pequena parte influenciada pelas AI. No *Campo Grande News*, 10% das 264 matérias publicadas coletadas tinham vinculação com os releases. Já no *Correio do Estado* on-line, 11% das 100 matérias publicadas apresentaram esse vínculo direto, o mesmo número foi verificado na versão impressa do jornal.

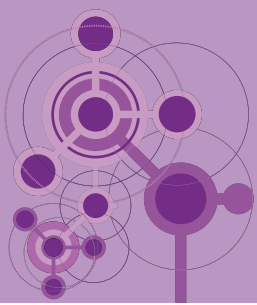
No primeiro semestre de monitoramento, de 1 de março a 31 de julho de 2019, foram publicadas 294 matérias nos jornais *Campo Grande News* e *Correio do Estado* (impresso e on-line). Destas, 83 foram provocadas pelas assessorias das Subsecretarias e da Coordenadoria da Mulher. A grande aderência se dá por conta dos julgamentos dos casos de violência contra a mulher. Contabilizamos a produção de 127 releases no período. E, neste contexto, notamos que o viés punitivo da Lei Maria da Penha atrai mais o interesse dos jornalistas do que as propostas de educação e informação.

O mês de março teve maior número de inserções nos jornais, 76 no total, sendo 22 relacionadas ao Dia Internacional da Mulher e o restante concentrado em casos de julgamento de violências

Chamou a atenção o fato de maio de 2019 figurar como o segundo mês com mais notícias publicadas sobre assuntos de interesse para a pesquisa (63 inserções) e também ocupar a mesma posição no quesito melhor desempenho das AI (16% foram provocadas por releases). A explicação está na Campanha Estadual de Combate ao Femicídio.

Junho de 2019, quando é celebrado o "Dia Estadual de Combate ao Femicídio" e a "Semana Estadual de Combate ao Femicídio", aparece na terceira posição do ranking quantitativo de matérias. Foram 54 matérias publicadas no total e nove delas foram provocadas por uma das AI monitoradas por este estudo, contribuindo com o agendamento do tema nos veículos.

Partindo para o segundo semestre, notamos redução nas pautas sobre políticas públicas para as mulheres nos jornais: foram 161 textos publicados nos jornais, 8% provocados pelas AI, que produziram no total 97 releases, 14 aproveitados. Novembro é o mês que aparece com o maior índice de matérias publicadas em jornais sobre o tema, sinalizando a visibilidade da Campanha de Ativismo, seguido pelo mês de setembro e agosto. Sobre este último, contabilizamos 34 textos com o tema da campanha das Secretarias: "Agosto lilás, fique atenta aos primeiros sinais!". Houve significativa redução de conteúdos nesses meses (-81%). Comparamos que a campanha do Dia Internacional da Mulher (março) tem mais influência quando comparada à campanha Agosto Lilás, já que a redução foi de (-75%) nas pautas provocadas pelas AI. Realizando a mesma análise com a Campanha Estadual de Combate ao Femicídio (junho) e 16 Dias de Ativismo (novembro), a diferença foi de -88,9% nas pautas provocadas.



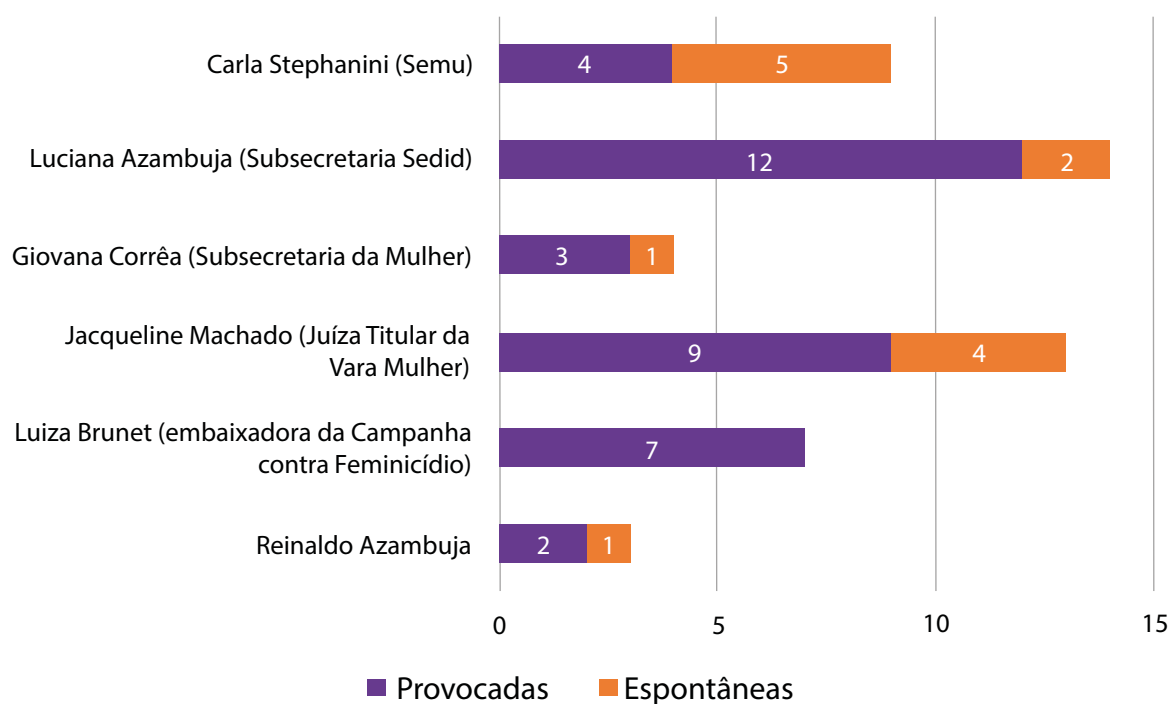
Das mais de 400 matérias publicadas pelos jornais analisados, 178 estão relacionadas especificamente a casos de violência contra a mulher no aspecto policial, e deste resultado, 10% refletem a interferência das "Marias". Qualificando nosso monitoramento, chamou a atenção o fato de jornalistas de redação abordarem o tema como violência doméstica. Como lembra hooks (2019), uma das conquistas da mulher, mas que deve ser complexificada. Ao tratar de violência doméstica, pensando numa perspectiva feminista, o debate não deve ficar restrito ao ambiente privado. "O público raramente conecta o fim da violência masculina ao fim da dominação masculina e à erradicação do patriarcado" (hooks, 2019, p. 87). Esse espaço seria mais bem aproveitado se possibilitasse o debate sobre essas questões.

Caminha junto à abordagem policial da violência o termo feminicídio, impulsionado pela Campanha Estadual de Combate ao Feminicídio, que adotou como porta-voz a modelo e atriz sul-mato-grossense com projeção nacional Luiza Brunet, que participou de coletiva de imprensa na Casa da Mulher Brasileira. Este é um exemplo de ação que movimentou as "Marias", com publicação de 10 releases que reverberaram na mídia pela visibilidade nacional da atriz.

O Dia Internacional da Mulher é o terceiro assunto que surgiu com mais frequência nas publicações jornalísticas. No total, 6 das 22 matérias sobre o tema são resultado de influência direta da assessoria de imprensa. Destas, quatro partem de releases da Coordenadoria da Mulher, e aqui o principal foco é a Semana da Justiça pela Paz em Casa, uma ação institucional desenvolvida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar em Mato Grosso do Sul.

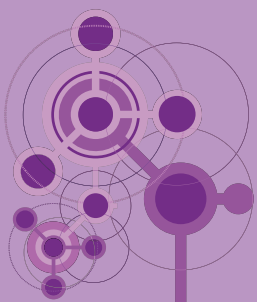
No quesito das fontes mencionadas nos textos, as "Marias" ouvidas pelas reportagens, estão: a juíza Jacqueline Machado, que em 2019 respondia pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar em Mato Grosso do Sul; Carla Stephanini, da Semu; Luciana Azambuja, responsável pela Subsecretaria Especial de Cidadania (Secid) de Mato Grosso do Sul; e a modelo Luiza Brunet, madrinha/embaixadora da Campanha Estadual contra o Feminicídio, também ligada ao trabalho das assessorias. A partir deste dado, seguimos cotejando releases e matérias publicadas na tentativa de verificar a quantidade de pautas com as fontes sugeridas/oriundas pelas AI.

Gráfico 2: As fontes sugeridas pelas "Marias" que mais aparecem nos jornais



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Evidenciamos a pouca pluralidade de fontes procuradas pelos jornalistas de redação para abordar os assuntos relacionados à temática deste estudo. Inclusive o próprio governador do estado na época, Reinaldo Azambuja, é um interlocutor das pautas.



Além desta figura, elencamos também delegados, juízes, parlamentares, além dos boletins de ocorrência, fontes em 54% das matérias.

Isto nos levou a questionar o lugar de fala. A partir de Ribeiro (2019) entendemos que a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder. A autora reflete ainda que o lugar de fala são vozes de diferentes localidades (regionais, classes e raças) que buscam romper este ciclo. Escolher o governador para falar pode não enriquecer o debate sobre violência contra a mulher, e sim atender a uma pressão política. Em junho, contudo, notamos uma ampliação pontual na diversidade de fontes, e foram ouvidas a militante do Coletivo de Mulheres Negras, Angela Vanessa; Gisele Francelina da etnia terena; e a diretora do Instituto Sul Matogrossense para Cegos Florivaldo Vargas (Ismac) Telma Nantes, fontes que devem ser mais exploradas no entendimento da interseccionalidade como eixo para enfrentar as violências nas diferentes condições de gênero (Chong, 2019).

Com esses dados tratados e interpretados, aventamos algumas considerações e sugestões para as assessorias ampliarem seus espaços de divulgação e, conseqüentemente, darem visibilidade às políticas públicas.

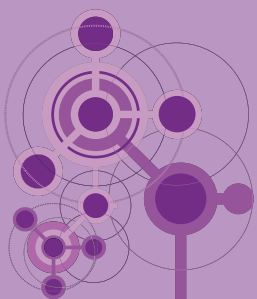
CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUGESTÕES PARA AS MARIAS OCUPAREM AS MÍDIAS

hooks (2019) mais uma vez é assertiva ao pontuar que não há espaço para divulgar e criar uma consciência crítica sobre gênero e violência de gênero: "qualquer coisa que tivesse a ver com o gênero feminino era visto como cobertura feminista, mesmo que a perspectiva não fosse feminista" (hooks, 2019, p. 87). E é a partir dessa consciência que lemos nossos resultados.

Embora os números sejam pouco promissores e apontem a baixa influência das AI no agendamento midiático – no total alcança 30% –, é preciso explicar que observamos as transformações do release e que o instrumento foi utilizado de forma parcial, como sugestão de pauta ou base para o texto jornalístico. Poucos textos foram enviados diretamente, priorizando a disponibilização das notícias e pautas nos espaços institucionais, evidenciando outras práticas da assessoria, conforme anunciou Brandão (2018). Notamos com isso que nenhuma das matérias compiladas utiliza a íntegra do release, indicando a independência dos jornalistas em dar ao texto o caráter jornalístico e editorial do veículo de comunicação ao qual ele responde. Mas, ao mesmo tempo, surge o questionamento: por que uma prática, ainda que questionável, tida como comum da redação, que é se apropriar inteiramente de releases, é inexistente quando se trata de materiais relacionados à temática da violência de gênero?

Trazemos as seguintes conclusões no espaço e período de tempo analisados: 1) a vertente punitiva das leis Maria da Penha e do Femicídio é a que mais atrai a atenção dos jornalistas, indicando o viés policial, sem problematizar as tantas camadas de violência (Saffioti, 1999); 2) as fontes oficiais predominam, mas o destaque foi a celebridade Luiza Brunet; 3) o *clipping* sistematizado tem "saliências" em diferentes temas, mas a influência mais direta está relacionada às campanhas e datas comemorativas, além dos casos de julgamento de violências que têm espaço expressivo; 4) os jornais on-line, até pela menor limitação, publicam mais conteúdos com a temática de interesse; 5) os temas são tratados pontualmente, há pouca contextualização e aprofundamento em debates, como o ciclo da violência (Dias, 2019), que foi timidamente trabalhado pelas AI e pouco reproduzidos nos jornais; e 6) a produção das assessorias e a diferença de aproveitamento dos releases pelos jornais seguem o mesmo padrão.

Finalizamos nosso trabalho de maneira propositiva, com sugestões para o aprimoramento das ações de assessoria de imprensa e ampliação dos espaços midiáticos que possam dar mais visibilidade à problemática e fortalecer o debate sobre as políticas públicas para mulheres e as possibilidades de enfrentamento das violências.

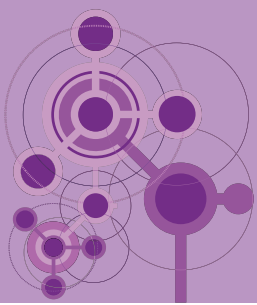


Sugerimos às "Marias" que adotem estratégias mais proativas, acionando os(as) jornalistas dos veículos diretamente, inclusive, retomando o envio dos releases para listas de e-mails e ou grupos de mensagens instantâneas, por exemplo, estreitando o relacionamento de forma mais personalizada. Recomendamos, na ausência do release completo, encaminhar aos repórteres um aviso de pauta com dados essenciais e link para os textos completos publicados nos portais. Nesse sentido, também aconselhamos produzir pautas que problematizem questões como ciclo da violência, machismo estrutural e interseccionalidades, combatendo a ideia da mulher com sujeita universal e para pautar as opressões de raça, classe e orientação sexual; além de expandir o entendimento das políticas públicas para além das violações. Nesse sentido de pluralizar as pautas, também planejar divulgações em diferentes formatos como áudios, vídeos, infográficos, na tentativa de atender veículos de imprensa como rádios, televisões e sites que podem explorar os conteúdos.

Frisamos, também, a necessidade de investirem no monitoramento de imprensa para formularem indicadores de abordagens e agir e reagir mediante as manifestações midiáticas. Esse instrumento pode oferecer um panorama de jornalistas que se interessam por pautas relacionadas à violência de gênero, como também identificar potenciais profissionais para ampliar o entendimento sobre as políticas públicas para mulheres. Sugerimos elaborar um guia para jornalistas com instruções, dados e informações para a cobertura da violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul, ou mesmo ofertar cursos e treinamentos que possam ajudar na formação do(a) jornalista. Por fim, indicamos a realização de questionários e ou sondagens para entender a percepção de jornalistas e demais públicos de interesse sobre ações desenvolvidas pelos órgãos. Com base nesse levantamento, pensamos ser possível reforçar informações ou avançar nas estratégias de comunicação. O detalhamento das propostas está na pesquisa completa (Panziera, 2021).

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>.
- BRANDÃO, Elisabeth. Reputação corporativa: entre o digital e a ética. In: DUARTE, Jorge (org.). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia*. 5. ed. São Paulo. Atlas 2018. p. 167-184.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Mapa da Violência contra a mulher 2018*. Brasília, DF: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BUENO, Wilson. Avaliando o relacionamento com as mídias tradicionais e sociais. In: DUARTE, Jorge (org.). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 417-433.
- CHAKIAN, Silvia. Lei Maria da Penha: um basta à tolerância e banalização da violência contra a mulher. In: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO (org.). *Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 49-65.
- CHONG, Natividad Gutiérrez. Interseccionalidad. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 427-433.



DIAS, Flavia. Cilada: não era amor, era abuso! *In*: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO (org.). *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. um problema de toda a sociedade. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 79-88.

FENAJ. *Manual de assessoria de imprensa*. 3. ed. Brasília, DF: Fenaj, 2007.

GIANNINI, Renata Avelar; COELHO, Terine Husek. *Evidências sobre violência contra mulheres no Brasil, na Colômbia e no México: tendências, desafios e caminhos para o futuro*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2020.

GIL, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, bell. *Teorias feministas: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JARA, Tainá. *#Nenhumaameno*: redes sociais e feminismos nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pioneiros, 2019.

KUNSCH, Margarida Maria *Comunicação organizacional estratégica*. São Paulo: Summus, 2016.

MACDOWELL, Cecília Santos; IZUMINO, Pasinato Wânia. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2005. Disponível em: <https://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 36, n. 2, p.176-182, 1972.

PANZIERA, Tathiane Espíndola. *Quando as Marias falam*: influência das assessorias de imprensa na temática da violência contra mulheres. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pioneiros, 2021.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-98.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. SAFFIOTI, Heleith. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, p. 313-322, 2016. doi:<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp313-322>.